

A Sociedade Civil Global e Suas Ações em Favor do Direito à Saúde no Contexto da Pandemia de Covid-19

Armando De Negri Filho e Nicoletta Denticò

SOBRE AS HETEROGENEIDADES DO QUE CHAMAMOS SOCIEDADE CIVIL EM SAÚDE GLOBAL

Não é possível compreender a sociedade civil ignorando sua heterogeneidade. Por anos tem havido uma absoluta ausência de distinção entre as entidades do setor social privado que buscam o interesse público (organizações não governamentais, movimentos sociais, organizações sindicais, associações comunitárias, alguns grupos de defesa, organizações humanitárias) e as que representam o setor industrial lucrativo ou pertencem a ele, ou ainda aquelas que representam interesses de governos. A fronteira corre o risco de ser ainda mais turva do que se possa imaginar e do que seria desejável, devido à mobilidade de várias organizações na sua relação escorregadia com o setor privado – por meio de financiamentos ou alianças operacionais – e sobretudo devido ao surgimento de novas entidades de *ativismo* e pressões políticas que atuam a serviço dos interesses industriais, pelos quais são financiadas. Um exemplo clássico são as organizações de pacientes e grupos de frente da indústria farmacêutica (que os financia).

A inclusão da sociedade civil, por mais heterogênea e complexa que ela seja, consegue criar espaços de fala para realidades que não costumam ser ouvidas, que por sua vez ganham experiência nas articulações dos processos decisórios, tornando visíveis interesses públicos, de populações e territórios sociais. A sociedade civil

também desempenha um papel fundamental no apoio técnico às delegações individuais de países que, impossibilitados de enviar representantes fortes em razão dos limites econômicos e competências técnicas, muitas vezes se encontram mal preparados quanto aos temas em discussão e, portanto, ainda mais à mercê de efeitos diretos e indiretos dos ex-colonizadores, os países industrializados e seus aparatos de conhecimentos técnicos, econômicos e político-diplomáticos.

As agências das Nações Unidas concordam em reconhecer, pelo menos em palavras, o valor que as organizações da sociedade civil (OSCs) têm na promoção de iniciativas em prol da saúde pública, dos direitos humanos e do desenvolvimento – tanto na mobilização junto aos órgãos legislativos quanto no compromisso concreto de responder às necessidades das populações marginalizadas.

OMS e a sociedade civil

Não é uma história fácil a que marca a relação entre a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a sociedade civil. Há uma interação dialética e uma sinergia essencial e feliz entre esses dois atores quando falamos, por exemplo, sobre o processo que levou à aprovação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. As OSCs têm historicamente sido bastante ativas no avanço de uma agenda de política de saúde pública e no papel estratégico da OMS como a mais alta autoridade no assunto em escala internacional. Inspiradas em grande medida pela ideia de saúde como um bem público global e uma questão de justiça social, as OSCs de Interesse Público sempre apoiaram todos os esforços para reconfirmar e fortalecer a liderança e o papel regulador da OMS.

No entanto, a dinâmica desse engajamento não é de forma alguma tida como certa, nem particularmente positiva. O contexto de interação entre a sociedade civil e a OMS tornou-se mais complicado nas últimas décadas devido à ação concomitante de dois fatores: 1) a perda gradual da apropriação da OMS sobre a saúde e o papel preponderante adquirido a partir de 1995 pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os mecanismos estruturais da globalização, que têm um impacto considerável sobre o direito à saúde (basta pensar na questão do acesso a medicamentos essenciais e agora no acesso às vacinas contra a Covid-19, na permanente disputa sobre a propriedade intelectual de produtos de interesse para a saúde); 2) a pulverização progressiva do governo global de saúde, devido a uma nova geração de alianças público-privadas que hibridizaram e distorceram o cenário, em grande parte minou o papel específico da OMS e impôs novas situações de conflito com os interesses do setor comercial e industrial (pensemos, por exemplo, nas iniciativas na área de nutrição), desconsiderando sua relevância.

Os atores não estatais e os interesses dos povos, dos governos e dos negócios

Em razão da crescente complexidade/confusão relacionada à presença de novos atores híbridos e, acima de tudo, ao crescente papel da filantropia e do setor empresarial, várias organizações não governamentais (ONGs) e governos deram um salto no processo de reforma da OMS anunciado pela diretora Margaret Chan em 2010, para solicitar uma revisão abrangente e adequada dos instrumentos que regem a relação da Organização Mundial da Saúde com a sociedade civil, em particular “as diretrizes para trabalhar com o setor privado para alcançar resultados de saúde em 2000”.

Os governos pediram o desenvolvimento de uma estrutura de política de engajamento com atores não estatais para separar as políticas de engajamento de acordo com suas diferentes naturezas. Esses atores foram assim identificados: 1) organizações não governamentais; 2) o setor privado, incluindo suas associações de referência; 3) as bases filantrópicas; 4) instituições acadêmicas. Nessa abordagem, desde 2012, o Secretariado está a trabalhar na redação de um documento. Apresentou relatórios sobre o processo em maio e dezembro de 2014, com uma minuta final que relacionou as preocupações de vários governos e a aprovação dos países europeus, a criação de um grupo intergovernamental para dirimir as diferenças e interferências do *lobby* empresarial. A negociação foi tortuosa, durou cinco anos, indicando a delicadeza do assunto, a dificuldade de gestão das relações de poder, com a forte pressão das associações empresariais norte-americanas, e a preocupação de que esse instrumento regulatório da OMS pudesse limitar ou mesmo contrastar o modelo dentro das Nações Unidas. A delegação dos Estados Unidos impôs como condição a reafirmação das parcerias com várias partes interessadas como o único modelo no campo da nutrição e propôs incluir a referência ao Objetivo 17 de desenvolvimento sustentável e à Declaração de Roma para o Marco de Ação em Nutrição.

No conflito entre interesses públicos e *lobbies* privados que mais uma vez ocorreu dentro da OMS, o FENSA (Framework of Engagement with non-State Actors) representa um precedente absoluto dentro da ONU, a primeira tentativa de um marco regulatório na gestão de atores não estatais. É uma ferramenta amplamente imperfeita, que deixa muitas questões problemáticas em aberto, algumas muito espinhosas. Portanto, a boa batalha pela proteção da saúde ainda não foi vencida.

Lobbies e advocacia nos espaços de decisão internacionais

A coalizão Democratizing Global Health (DGH), criada em maio de 2011 para tornar o papel da sociedade civil no caminho da reforma da OMS mais incisivo, para salvaguardar seu mandato constitucional, interagiu com uma forte ação de advocacia no Secretariado e nos Estados-membros para fazer as pessoas compreenderem a importância de haver regras claras para governar os interesses priva-

dos. A preocupação dirigia-se a alguns mecanismos particularmente insidiosos, como o destacamento de pessoal – entre 2012 e 2015, havia 37 cargos da OMS ocupados por funcionários de atores não estatais, dos quais três cargos de topo tinham conexões diretas com a Fundação Gates – e a necessidade de gerenciar a questão cada vez mais complicada do conflito de interesses, para a qual a política da OMS parecia completamente inadequada. A ação da DGH produziu uma reversão da abordagem original da reforma e da percepção geral do processo, com a solicitação dos próprios Estados-membros por maior transparência e participação.

Simultaneamente, o Movimento da Saúde dos Povos lançou o WHO Watch, iniciativa com o objetivo de fortalecer o monitoramento das OSCs nos órgãos de decisão da OMS, em uma linha de articulação entre as dimensões local e global. O valor desse serviço, além de sua presença reconhecível nas reuniões de Genebra, reside na capacidade de fornecer a todos os grupos locais e nacionais interessados informações sobre as discussões na agenda da OMS e sobre as decisões (e as não decisões) de seus respectivos governos na sede multilateral. A ferramenta é amplamente utilizada por funcionários do governo que não participam das reuniões de Genebra, acadêmicos e especialistas em saúde global, que acompanham todas as anotações ao vivo dos observadores no Skype por uma semana. O trabalho de observação é sempre precedido de formação específica sobre os temas da ordem do dia antes das reuniões dos órgãos deliberativos e da elaboração de relatórios anuais no final dos trabalhos de acompanhamento (Dentico & Missoni, 2021).

O G2H2 (Geneva Hub for Global Health) de alguma forma sucedeu os esforços do DGH como tentativa de articular uma frente de movimentos e organizações da sociedade civil que componham uma presença mais sustentada junto à OMS e demais instituições de interesse para a saúde em Genebra.

O DEBILITAMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS E A FRAGMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS DE DECISÃO SOBRE A SAÚDE GLOBAL

A pandemia, conforme registrado nos informes apresentados pela alta-comissária dos Direitos Humanos e pelo secretário-geral da ONU, provocou a redução do espaço cívico em escala mundial e também em relação ao sistema multilateral, com a virtualidade representando uma nova barreira para o protagonismo da sociedade civil junto às instâncias do Sistema ONU. Talvez um equilíbrio entre a virtualidade e o presencial possível possa articular maior incidência nos processos multilaterais de negociação, mas ainda estamos por ver essa possibilidade.

No informe *Os efeitos da pandemia de Covid-19 no desfrute dos direitos humanos em todo o mundo*, a dra. Michele Bachelet, alta-comissária para os Direitos Humanos da ONU, no 46º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos (fevereiro de 2021), expressou:

A Covid-19 destacou algumas das deficiências mais importantes da sociedade, mas também representa uma oportunidade – se optarmos por tirar proveito dela – de construir um futuro mais sustentável, seguro e próspero. Nesse processo de construção, o primeiro passo deve ser a adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos que coloque as pessoas no centro de todas as atividades de recuperação: a reconstrução para melhorar é o combate às desigualdades e à discriminação; garantir a participação de todos; estabelecer um novo contrato social e transformar economias; e criar respostas globais. (AGNU, 2021)

Para tanto, a alta-comissária apontou que:

Para garantir a livre circulação de informações e a participação segura, inclusiva e eficaz para “reconstruir para melhorar”, é necessária uma sociedade civil dinâmica, e a livre circulação de informações, aliada à ampla participação dos atores da sociedade civil, pode ajudar a recuperação a responder às necessidades reais e que ninguém fique para trás. Limitar o acesso à informação, impor restrições, censurar ou penalizar a atividade jornalística mina a confiança nas medidas de saúde tomadas pelas autoridades. A sociedade civil é essencial para obter informações precisas sobre a situação e as necessidades no campo, para elaborar medidas de resposta que sejam inclusivas, promover a implementação das medidas tomadas pelas autoridades e buscar *feedback* sobre as medidas de recuperação e resposta. Por isso, o Alto-Comissionado recomenda aos Estados: a) Criar canais eficazes para a participação da sociedade civil na formulação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis, envolvendo, em particular, organizações representativas de povos vulneráveis, povos indígenas, minorias e grupos marginalizados, e alavancar novas tecnologias para permitir processos inclusivos que ouçam as vozes da sociedade civil; b) Proteger o espaço público para que jornalistas, ativistas, profissionais médicos e especialistas, incluindo cientistas, possam falar livremente sem medo de ações disciplinares ou retaliações, e garantir que haja procedimentos seguros no setor Saúde para denúncias, essenciais para que os profissionais possam realizar seu trabalho sem medo de serem intimidados ou processados em retaliação; c) Capacitar as instituições nacionais de direitos humanos a lidar com o impacto da pandemia Covid-19, em pleno cumprimento dos Princípios de Paris, a levar em conta a *expertise* dessas instituições na legislação e formulação de políticas para enfrentar a pandemia e apoiar suas atividades em todos os momentos, inclusive durante os confinamentos; d) Integrar os direitos humanos no desenho, desenvolvimento e implementação de estratégias de tecnologia pandêmica, dadas as enormes implicações das tecnologias digitais para uma ampla gama de direitos, em particular o direito à privacidade; e) Garantir a participação plena, equitativa e significativa, representação e liderança das mulheres nos espaços políticos e na tomada de decisões sobre o Covid-19 nos níveis

local, nacional e global, particularmente no que diz respeito à preparação, a respostas imediatas e de longo prazo e recuperação pós-crise, alocação de fundos e prestação de assistência, assim como na mídia. Incentivar a participação efetiva de todas as partes interessadas relevantes nos processos de tomada de decisão. Reiterar a preocupação com o direito à privacidade e o controle sobre as pessoas [...]. (AGNU, 2021)

Com a Covid-19, é plausível imaginar um novo salto, em uma direção teimosa e contrária à sociedade civil mais independente. Na retórica sobre o combate ao vírus, o espaço de usabilidade da sociedade civil é cada vez mais espremido no controle dos danos de iniciativas nascidas fora da OMS, ou reduzido à legitimação de operações construídas fora dos esquemas do jogo democrático, na luta contra o contágio da Covid-19. Um jogo decisivo para o futuro da saúde global está sendo jogado nessa passagem.

O apoio e a escuta aos relatores especiais e especialistas independentes no âmbito das Nações Unidas, considerados como olhos e voz da sociedade civil no espaço dos direitos humanos, de fato têm um tratamento muito assimétrico. Dependendo do direito em questão, podemos observar que os direitos civis e políticos obtêm mais apoio com a intenção de fustigar países em desenvolvimento a partir de uma matriz liberal, em detrimento dos direitos sociais e daquelas relatorias especiais que questionam a ordem econômica e o poder hegemônicos mundiais. Eles, fatalmente, recebem menos apoio dos países mais ricos e sobretudo dos grandes filantropocapitalistas, cujas organizações exercem muitas vezes um poder desproporcional e fora de qualquer controle na seleção e no desenvolvimento de agendas políticas no campo dos direitos humanos.

Na luta pelo interesse público em tempos de pandemia, vários movimentos e organizações da sociedade civil global projetaram suas agendas e lutas políticas de forma consistente, criando processos estratégicos para uma agenda renovada pela saúde de todos os povos e nações, tais como:

- pela luta pela suspensão ou eliminação dos direitos de propriedade intelectual e o acesso a vacinas e demais recursos sanitários, incluindo medicamentos para enfrentar a pandemia e para além dela (The South Centre, 2021; TWN, 2021; MSF, 2021);
- pela necessidade de equilibrar/fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde e de proteções sociais para responder às necessidades das populações no marco do direito universal à saúde (People's Health Movement, 2021; Médecines du Monde, 2021; Sustainable Health Equity, 2021);
- pelo fortalecimento da OMS como espaço democrático de governança global em saúde (G2H2, 2021);

- pela proteção dos sistemas de produção científica e tecnológica da indústria nacional soberana para a suficiência da produção necessária para garantir o direito à saúde ([Progressive International, 2021](#));
- pelo aumento e a qualificação das proteções sociais com justiça tributária e fiscal ([Tax Justice Network, 2021](#));
- pela suspensão das dívidas e revisão da arquitetura das dívidas ([Latindadd, 2021](#));
- pela efetividade do combate à pobreza mediante a redistribuição efetiva de riquezas no marco de um desenvolvimento com justiça social e ambiental ([Laudato Si' Movement, 2021](#));
- pela garantia da soberania e segurança alimentar ([Fian International, 2021](#));
- pela mudança do modo de produção de alimentos e a eliminação das condições que geram o risco de novas pandemias, incluindo aspectos ambientais e padrão de produção de alimentos ([La Via Campesina, 2021](#));
- pela desmercantilização de todos os bens comuns (*the commons*) da humanidade, incluindo terra, ar, água, alimentos, energia, habitação, transporte, serviços de educação, saúde, crédito e moeda etc. ([Agora Habitants de la Terre, 2021a](#));
- pela proteção do trabalho, salários e incorporação de valor ao trabalho em detrimento do capital; por uma nova economia do cuidado e pela defesa da renda básica ([PSI, 2021](#); [Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Americas, 2021](#)).

Um ano após o surto do Covid-19, o mundo continua dominado pela pandemia. Como o espaço político: a aplicação de uma perspectiva Covid-19 para as áreas mais importantes da saúde global apresenta oportunidades a partir de um novo interesse em saúde e de uma visão sindêmica emergente da crise, bem como de um senso comum de urgência. No entanto, a fragmentação atual da governança em saúde também mostra riscos significativos de aprofundamento das desigualdades e perpetuação da exploração.

A gestão emergencial da pandemia, com suas falhas e contradições, nos coloca em risco de instrumentalização do Covid-19 para justificar ainda mais a agenda de segurança da saúde e acelerar a securitização da saúde pública. O foco exclusivo nas vacinas e no prolongado combate à doença diante de novas ondas e variantes virais já tirou o debate da abordagem das causas sistêmicas da doença, buscando as falhas da governança nacional e global que priorizam a comercialização e a rentabilidade e reverterem a prestação de serviços públicos de qualidade. A tríplice crise do Covid-19 – social, econômica e sanitária – não pode ser desvinculada dos motores patogênicos da globalização, com suas políticas insustentáveis e paradigmas de governança distorcidos.

O desafio da sociedade civil por interesse público sempre é poder constituir-se com poder suficiente ante outras forças que desde a sociedade civil, do mercado/capital e dos estados/governos disputam uma narrativa que se estabeleça como hegemônica e que naturalize as violações aos direitos humanos e da natureza e limite os interesses públicos em relação aos interesses privados.

Nas palavras de Naomi Klein (Geli, 2017), trata-se de uma disputa para estabelecer as crises da sociedade civil de interesse público, provocando a ruptura, a expressão do *Basta!*, que permita construir uma ou várias narrativas que se contraponham à ordem hegemônica e suas crises.

Vivemos desde a crise de 2008 a consolidação de uma ordem hegemônica que instalou a crise financeira e dela se serviu para avançar sua agenda – paradoxalmente, a reforma do sistema financeiro, do sistema de dívidas e conseqüentemente a eliminação dos elementos centrais da crise de 2008 nunca foram enfrentadas. Assim se aprofundou a instalação de políticas de austeridade e de repressão dos protestos ante essas políticas em nome da crise financeira a ser debelada, colocando-a como de interesse coletivo superior e assim sacrificando o direito à existência e ao bem-estar de uma parte significativa da população mundial.

Seguindo a sugestão de Naomi Klein de definirmos nossas próprias crises, adotou-se a definição de três crises, nossas crises: a crise da democracia, a crise social derivada das desigualdades e a crise ambiental que ameaça a vida no planeta. Como formulação contra-hegemônica, essas crises precisam encontrar espaço para se comporem como hegemonia alternativa, penetrando nas coalizões, alianças e plataformas da sociedade civil e disputando agendas nas sociedades políticas e nos estados, assim como nas instâncias do multilateralismo global.

A pandemia da Covid-19 criou um novo choque mundial, adicionando ao choque de 2008, tão vorazmente aproveitado pelo capital financeiro hegemônico para consolidar seus interesses, um novo ciclo de políticas de choque, que reitera e consolida o capitalismo de desastre, ao assumir retoricamente a ajuda internacional para enfrentar a pandemia, mas na prática buscando consolidar o poder das corporações e do capital financeiro transacional em um momento de tensão para os estados e fragilidade das sociedades, prometendo outra vez a aliança público-privada como solução, mas mediante o ainda maior fortalecimento do filantropocapitalismo e a diminuição do espaço cívico de participação, em especial dos movimentos de interesse público. Disso resultou maior repressão política, em particular contra os ativistas que lutam contra os empreendimentos destruidores de natureza e comunidades (megaprojetos de energia, mineração e agropecuários) e aqueles que privatizam ou financeirizam as proteções e os subsídios sociais e econômicos.

Em oposição aos chamados do Sistema das Nações Unidas para maior proteção social, solidariedade e fortalecimento das garantias aos direitos humanos no marco da pandemia de Covid-19, o que vimos foi um recrudescimento da violência na maior

parte do mundo como forma de garantir o projeto hegemônico. Daí o incômodo gerado pelos movimentos sociais e ONGs de Interesse Público que sistematicamente denunciam esse projeto hegemônico que se expressa em múltiplas frentes, o que também gera fragmentação e segmentações das suas próprias agendas de luta.

Como exemplo da tentativa de construção de uma narrativa alternativa e por uma agenda política estratégica que afete a determinação social da saúde a partir de uma totalidade que lida com a complexidade das transformações que as nossas diversas crises demandam, temos o exemplo de formulação do denominado projeto *A Outra Agenda*, em desenvolvimento pela Coalizão da Ágora dos Habitantes da Terra, liderada por Riccardo Petrella, a qual discute como promover os processos de construção de uma Outra Agenda Mundial, utilizando os seguintes elementos constantes do documento de trabalho proposto para a International Web Conference, em 28 de outubro de 2021, da Ágora des Habitants de la Terre (2021b).

A. Os principais postulados da Outra Agenda são:

1. O sistema que domina o mundo de hoje é inspirado e guiado pela lógica de poder e dominação. Baseia-se em dois pilares: finanças e tecnologia, tanto nas mãos de sujeitos quanto em instituições de poder privado. Em princípio, a função das finanças é regular a relação entre poupança e investimento, não determinar e corrigir os objetivos da sociedade; a tecnologia é um conjunto de meios, e sua função não é estabelecer as prioridades da sociedade.
2. Tanto as finanças quanto a tecnologia devem ao conhecimento o imenso poder que as caracteriza em comparação com o passado. Pense-se nos conhecimentos e habilidades necessários para se operar um sistema mundial cujas transações podem ser realizadas até o milionésimo segundo em escala global em massas monetárias inimagináveis. A tecnologia atual é cada vez mais baseada em novos conhecimentos científicos.
3. A lógica do poder é imposta e consolidada, especialmente nas sociedades judaico-cristãs e ocidentais, graças à imposição e à aceitação de dois princípios: a propriedade privada por direito *natural* com tudo reduzido à *mercadoria* e à artificialização da vida. O caso das patentes sobre vacinas e a violenta recusa dos poderes público e privado de aceitar a suspensão provisória da aplicação de patentes (embora isso esteja previsto nos tratados OMC-Trips) revela muito sobre a natureza totalitária dos dois princípios.
4. A *Outra Agenda para Outro Mundo* deve ser inspirada e guiada pela lógica da conservação e regeneração da vida, ou seja, a preservação, o cuidado e a promoção da vida para todos os membros da comunidade global da vida na Terra, em consonância com o princípio *Eu sou o que fizemos juntos*. Passar da lógica do *eu* para a lógica do *nós*.

5. Para a intenção de construir outra agenda, é essencial transformar a percepção, a presunção do conhecimento. O sistema atual reduziu o conhecimento apenas à tecnociência. Todas as outras formas e dimensões do conhecimento foram negligenciadas, desvalorizadas, marginalizadas. Os grupos sociais dominantes têm aprisionado o conhecimento em conceitos mistificadores como: eficiência, análise custo-benefício, concorrência, mérito, produtividade, mercados de conhecimento, ROI (retorno sobre o investimento), utilidade, ganhos, vantagens competitivas, recursos humanos, economia inteligente, digitalização, transição ecológica, resiliência.

Sem qualquer hesitação, e na ausência de qualquer debate aberto sério, a tendência principal é se mover na direção de horizontes dominados pelo tecno, conhecidos como pós-humanos, em uma sociedade pós-humana. Há necessidade urgente de uma reconstrução crítica do conhecimento. O conhecimento não é poder sobre, mas poder, e refere-se à capacidade do indivíduo e das comunidades humanas de agir individual e coletivamente de acordo com sua própria vontade, de ser autoconsciente e reconhecer as capacidades idênticas das outras pessoas e comunidades, e tentar ser livre da escravidão.

6. Conhecimento é o espírito da vida. É integral, coletivo, consciência. O conhecimento é essencial porque nós, seres humanos, somos parte da natureza, não somos extranatureza. O conhecimento é um resultado de viver juntos, das inter-relações não só entre seres humanos, mas também entre seres humanos e outras espécies vivas. Conhecimento é compartilhar. É inerentemente coletivo. O conhecimento apropriado para uso privado e exclusivo é contra a natureza. É roubo. Isso porque o conhecimento é consciência comum, sentimento e responsabilidade, implica não só a autoconsciência, mas também a consciência do outro em sua variedade e pluralidade.

B. Os principais objetivos da Outra Agenda são:

1. Mudar a responsabilidade ética e social das finanças. Os recursos financeiros, tanto públicos quanto privados, devem ser destinados à produção de conhecimentos voltados à preservação, ao cuidado e regeneração da vida. Os cidadãos devem comprometer-se a forçar as autoridades públicas a parar de investir em pesquisa militar e produção de armas. Os cidadãos dos EUA, em particular, e os de China, Índia, Rússia, França, Alemanha, Israel e Itália devem fazê-lo... Se não o fizerem, os cidadãos dos outros países têm o direito de acusá-los de serem responsáveis pelas guerras e destruição da vida no planeta. A *segurança nacional* é apenas um alibi para legitimar a lógica do poder perseguido pelos mais fortes.

2. Libertando o conhecimento de sua subjugação funcional à lógica de poder e dominação da economia atual e, mais especificamente, das finanças mundiais, a classe política eleita deve ter a coragem de afirmar que o conhecimento deve ser considerado e tratado como patrimônio coletivo compartilhado com base na efetiva realização do direito universal à vida. Um exemplo prático: o conhecimento resultante da pesquisa *científica*, função típica das instituições universitárias e acadêmicas, deve ser livre do princípio *primeiro a patente, depois publicar*, imposto às universidades em pura obediência à lógica competitiva das empresas privadas. Além disso, os representantes eleitos do povo não podem continuar a afirmar, como fez a União Europeia na década de 1990, que 70% das pesquisas devem ser conduzidas pelo setor privado (com a ajuda do Estado!).

A pesquisa deve ser redesenhada como um bem e serviço público global. Para tanto, as empresas que se recusam a compartilhar o conhecimento adquirido, além disso, graças aos fundos públicos, devem ser consideradas socialmente irresponsáveis e como tal denunciadas e boicotadas. A passividade dos Estados e da maioria dos cidadãos diante da recusa total de todas as empresas farmacêuticas de responder positivamente ao apelo da OMS em março de 2020, para compartilhar conhecimento sobre a resposta médica à pandemia Covid-19 em um *pool* global, é muito preocupante. As empresas multinacionais não devem mais desfrutar de tal impunidade. É intolerável que a imunidade esteja prevista em contratos assinados pelos Estados com empresas detentoras de patentes de vacinas. Como isso é possível?

3. Abolir patentes privadas (mesmo que sejam detidas por instituições públicas!) para o lucro da vida: patentes sobre matéria, sobre sementes, sobre organismos vivos, sobre inteligência artificial. Os Estados não têm o direito humano, social e ético de vender o futuro e o futuro da vida a interesses privados orientados ao lucro. A história dos últimos trinta anos confirmou que as patentes são apenas uma fonte de benefício para os detentores do capital das empresas titulares das patentes. A propriedade privada é o principal fator restritivo que exclui centenas e centenas de milhões de pessoas do acesso às ferramentas para combater as pandemias (prevenção e cura).

É necessário criar um *Fórum Mundial dos Cidadãos para a Outra Agenda*, composto por pessoas atuantes em experiências locais de soluções alternativas (em uma visão holística e cooperativa da inovação social coletiva). Quanto mais a humanidade é empurrada para formas globalizadas de organizações, mais interconexões entre seres humanos e entre seres humanos e outros membros da comunidade global da vida em vários níveis

territoriais tornam-se estrategicamente determinantes, e mais espaços sociais devem ser cooperativos e solidários. Muito dependerá da institucionalização da humanidade como um tema político e jurídico global.

C. Primeiros perfis institucionais da Outra Agenda:

1. Constituição de uma Assembleia Mundial de Cidadãos para a Segurança dos Bens Públicos Comuns do Mundo (não apenas aqueles que permanecem sob a soberania muito reduzida dos Estados, mas também aqueles já privatizados). Esta proposta faz parte das muitas iniciativas que surgiram nas últimas duas décadas em favor de uma crescente institucionalização política da humanidade. Tal objetivo tem sido fortemente apoiado pela *Ágora dos Habitantes da Terra*, entre outras instituições. Segurança da vida de, com e para todos deve ser colocada no centro da Outra Agenda, começando pela salvaguarda e regeneração dos comuns públicos globais, em particular água, sementes, saúde e conhecimento.
2. Criação de um grupo de trabalho mundial sobre *Princípios e objetivos de uma finança global mútua e cooperativa para a segurança da vida*, com base nas muitas iniciativas tomadas nos últimos anos em favor de uma alternativa de financiamento global. A cooperação entre organizações de agricultores, comunidades indígenas, trabalhadores e cooperativas urbanas será indispensável.
3. Daí a importância de se apoiar e construir uma regeneração das instituições parlamentares, incluindo a criação de parlamentos diretamente representativos de cidadãos no nível continental (como é o caso do Parlamento Europeu) e dos níveis globais. Há uma necessidade urgente de parlamentos do mundo real, além das assembleias internacionais das organizações intergovernamentais da ONU e, sobretudo, além das redes globais de partes interessadas, como o Fórum Econômico Mundial, que arrogaram a si mesmos o poder de regular a vida da Terra por meio da chamada *governança mundial*. A governança mundial baseada em *stakeholders* é a privatização do poder político e o fim da democracia.

D. Hipóteses sobre as modalidades de ação política para a construção da Outra Agenda:

O que foi indicado anteriormente não será uma jornada suave ou fácil, dadas a fragmentação e a diversidade atual, muitas vezes conflitantes, das culturas políticas e militantes da sociedade civil local, *nacional* e global. A queda na influência do Fórum Social Mundial, infelizmente, é um indicador claro disso. No entanto, dois elementos mantêm os horizontes do futuro abertos:

- o impulso utópico está começando a se manifestar novamente, não apenas entre os jovens e não apenas em uma chave *pragmática* monocórdia; camponeses (na América Latina, Ásia, África...), povos indígenas, mulheres... estão novamente no caminho da *insurreição* não violenta (apesar da repressão policial e militar em alguns países);
- a boa vontade de milhares de associações em favor de um mundo melhor permanece intacta.

Denúncias radicais e propostas radicais são importantes porque, nessa fase, podem consolidar a consciência política da necessidade e da urgência das medidas para modificar as relações de poder social e, portanto, dar espaço à inovação social e institucional alternativa, desenvolvendo instrumentos para a transformação das relações de poder vigentes.

CONCLUSÃO

Em conclusão, não pode haver *Outra Agenda* sem uma cultura utópica e cooperativa renovada de organizações comunitárias que defendem os direitos universais (incluindo novos, como os direitos da natureza). Não há outra agenda na ausência de forte unidade entre as lutas de serviços camponeses, agrícolas, industriais, educacionais e locais. E isso também vale pela Luta pela Saúde Global como Direito Humano e por uma Diplomacia em Saúde comprometida com esse princípio.

REFERÊNCIAS

AGORA HABITANTS DE LA TERRE. Site. Disponível em: <<https://agora-humanite.org/en/>>. Acesso em: 28 set. 2021a.

AGORA HABITANTS DE LA TERRE. En cordée, à Liège, vers l'autre sommet mondial de la santé!, 2021. Disponível em: <<https://agora-humanite.org/en/en-cordee-a-liege-vers-lautre-sommet-mondial-de-la-sante/>>. Acesso em: 28 set. 2021b.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS (AGNU). Consejo de Derechos Humanos. A/HRC/46/19. Efectos de la pandemia de enfermedad por coronavirus (Covid-19) en el disfrute de los derechos humanos en todo el mundo, y buenas prácticas y esferas de preocupación, 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A_HRC_46_19_S.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

CONFEDERACIÓN SINDICAL DE TRABAJADORES/AS DE LAS AMERICAS. Site. Disponível em: <<https://csa-csi.org>>. Acesso em: 28 set. 2021.

DENTICO, N. & MISSONI, E. *Geopolitica Della Salute: Covid-19, OMS e la sfida pandemica*. Soveria Manelli: Rubbettino Editore, 2021.

FIAN INTERNATIONAL. Site. Disponível em: <www.fian.org>. Acesso em: 28 set. 2021.

GELI, C. Naomi Klein: “O futuro é radical, no aspecto ambiental e no político”. *El País Brasil*, Barcelona, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/08/cultura/1510165556_897934.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

GENEVA GLOBAL HEALTH HUB (G2H2). Site. Disponível em: <<https://g2h2.org>>. Acesso em: 28 set. 2021.

KLEIN, N. *Não Basta Dizer Não*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

LA VIA CAMPESINA. Site. Disponível em: <<https://viacampesina.org>>. Acesso em: 28 set. 2021.

LATINDADD. Site. Disponível em: <www.latindadd.org>. Acesso em: 28 set. 2021.

LAUDATO SI' MOVEMENT. Site. Disponível em: <<https://laudatosimovement.org>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MÉDECINES SANS FRONTIÈRES (MSF). Site. Disponível em: <www.msf.org>. Acesso em: 28 set. 2021.

MÉDECINES DU MONDE. Site. Disponível em: <www.medecinsdumonde.org/fr>. Acesso em: 28 set. 2021.

PEOPLE'S HEALTH MOVMENT (PHM). Site. Disponível em: <<https://phmovement.org>>. Acesso em: 28 set. 2021.

PROGRESSIVE INTERNATIONAL. Site. Disponível em: <<https://progressive.international>>. Acesso em: 28 set. 2021.

PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL (PSI). Site. Disponível em: <www.world-psi.org>. Acesso em: 28 set. 2021.

SUSTAINABLE HEALTH EQUITY. Site. Disponível em: <www.sustainablehealthequity.org>. Acesso em: 28 set. 2021.

TAX JUSTICE NETWORK. Site. Disponível em: <<https://taxjustice.net>>. Acesso em: 28 set. 2021.

THE SOUTH CENTRE. Site. Disponível em: <www.southcentre.int>. Acesso em: 28 set. 2021.

THIRD WORLD NETWORK (TWN). Site. Disponível em: <<https://twn.my>>. Acesso em: 28 set. 2021.